



Demonstrações financeiras individuais

30 de junho 2019

Nu Pagamentos S.A.

Relatório da administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da Nu Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Nubank”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Perfil Corporativo

O Nubank foi constituído em maio de 2013 e iniciou suas operações para o público em geral em setembro de 2014, oferecendo um cartão de crédito internacional Mastercard, controlado por um aplicativo para smartphone. Como a primeira empresa de cartão de crédito sem canais físicos no Brasil, o Nubank reduziu a complexidade e os custos da sua operação para devolver aos clientes o controle de suas finanças. O Nubank é composto pela Companhia e suas controladas, entre elas a Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito.

Atualmente, além do cartão de crédito, que também possui a função débito desde dezembro de 2018, oferecemos outros 3 produtos aos nossos clientes:

- **Rewards:** Um programa de fidelidade atrelado ao nosso cartão de crédito, que funciona de forma intuitiva e digital, com conversão e resgate de pontos em tempo real.
- **NuConta:** Uma conta 100% digital, sem cobrança de tarifas de manutenção, com remuneração de 100% do CDI e com a maioria das funcionalidades de uma conta bancária tradicional: transferências através de TED e peer-to-peer, pagamentos de contas e boletos e saque através da Rede 24Horas.
- **Empréstimo Pessoal:** O produto foi lançado em fevereiro de 2019, oferecendo aos nossos clientes a possibilidade de contratação de empréstimos totalmente customizados em termos de valores, prazos e parcelas, com transparência na divulgação dos juros e demais encargos envolvidos, disponibilização dos recursos 24 horas por dia através da NuConta e possibilidade de quitação antecipada diretamente no aplicativo também a qualquer momento.

Destaques Financeiros

a. Receitas Operacionais

Encerramos o 1º semestre de 2019 com o total de R\$355 milhões de receita operacional, um crescimento de 80% em relação ao mesmo período do ano de 2018. A maior parte da nossa receita operacional é composta pelas tarifas de intercâmbio referentes à utilização dos nossos cartões, que somaram R\$354,7 milhões até 30 de junho de 2019, um aumento de 76% em relação ao mesmo período de 2018.

Nesse primeiro semestre de 2019, também observamos um aumento de 79% na receita de anuidade do nosso programa de Rewards, com o valor total de R\$39,8 milhões ante R\$22,2 milhões registrado no mesmo período do ano passado.

b. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do Nubank registrou um crescimento de 107% no período, passando de R\$226 milhões no primeiro semestre de 2018 para R\$467 milhões em 2019. O principal fator que direcionou este crescimento foi o aumento em nossas receitas financeiras, em função do maior volume de operações com cartões de crédito.

c. Carteira de Operações de Cartão de Crédito

Continuamos crescendo nossa base de clientes e expandindo nossa carteira de crédito, encerramos junho de 2019 com o saldo de R\$8,5 bilhões em nossa carteira de operações de cartão de crédito, um crescimento de 77% e em relação à junho de 2018 onde registramos o valor de R\$4,8 bilhões.

d. Depósitos

A linha de Depósitos, que corresponde aos depósitos dos nossos clientes na NuConta, encerrou o período com o saldo de R\$5,1 bilhões, que representa um aumento de 468% se comparado a junho de 2018.

Relatório da administração

No começo de junho de 2019, fizemos o lançamento do Recibo de Depósito Bancário (RDB) da Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento ("Nu Financeira"), subsidiária integral da Companhia, como uma nova opção de aplicação na NuConta. Ao contrário da conta de pagamentos tradicional, cujo dinheiro fica aplicado em títulos públicos, os valores aplicados em RDB do Nubank poderão ser usado como fonte de financiamento para nossas operações. Encerramos o mês de junho de 2019 com o saldo de R\$81 milhões captados por meio deste instrumento na Nu Financeira.

e. Emissão de Instrumentos de Dívida

No primeiro semestre de 2019, realizamos duas importantes captações de recursos no mercado de capitais local. A primeira foi feita em fevereiro de 2019, com a emissão da 3a série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NU («FIDC Nu») no montante de R\$500 milhões.

Em junho de 2019, a Nu Financeira realizou a sua 1a emissão de Letras Financeiras, através de uma oferta pública no âmbito da Instrução CVM no 476. A emissão foi dividida em duas séries, a primeira delas no montante de R\$300 milhões com prazo de 2 anos; e a segunda série, no montante total de R\$75 milhões, prazo total de 10 anos, foi realizada contendo cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patri-mônio de Referência da Nu Financeira, quando ocorrer a aprovação do BACEN.

Rating Standard & Poor's

Em 10 de maio de 2019, a S&P Global Ratings atribuiu os ratings de crédito de emissor de longo e curto prazos de 'brA-/brA-2' à Nu Financeira S.A. Além disto, a S&P também atribuiu o rating 'br-A-' à 1a série da 1a emissão de Letras Financeiras da Nu Financeira, realizada em junho de 2019.

Pessoas

O Nubank encerrou o semestre com um quadro de 1.735 funcionários, um crescimento de 65% em relação à junho de 2018. Conforme atestado em um dos nossos valores - "Construímos times fortes e diversos" -, o Nubank concentra grandes esforços em recrutar e reter os melhores talentos com o maior grau de diversidade possível. Hoje possuímos colaboradores de diferentes nacionalidades e acreditamos que o sucesso dos nossos produtos está diretamente relacionado com a característica única das nossas equipes e funcionários. Para garantir a manutenção de um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso, contamos com equipes de recursos humanos, compliance e auditoria interna que estão sempre à disposição para atender as demandas dos funcionários. Além disto, o Nubank tem a política interna de incentivar e promover o encontro de grupos que visam discutir a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho.

Evento Subsequente

No dia 16 de julho de 2019, anunciamos o início dos testes com um novo produto, uma conta digital focada em pessoas jurídicas em especial pequenas empresas e microempreendedores individuais ("Conta PJ").

Ainda em fase de testes, essa versão inicial da Conta PJ do Nubank terá algumas funções similares às oferecidas hoje pela NuConta - como transferências gratuitas para outros bancos e entre contas do Nubank, pagamento de boletos e tributos, depósito via boleto e a função "cobrar dinheiro", função que permite ao usuário da NuConta solicitar por meio de uma mensagem eletrônica a transferência de um valor pré estabelecido.

Em julho 2019, a Nu Holdings Ltd., controladora da Companhia, encerrou o sétimo aumento de capital no valor de USD400 milhões.

São Paulo, 08 de agosto de 2019



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Nu Pagamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Pagamentos S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rodrigo Bassi'. The signature is written in a cursive, flowing style.

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Total do ativo circulante		15.300.817	6.831.208
Disponibilidades	4	483.652	256.088
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.605.997	69.003
Aplicações em operações compromissadas		3.605.997	69.003
Títulos e valores mobiliários	6	3.085.429	1.958.326
Carteira própria		2.626.170	797.831
Vinculados à prestação de garantias		459.259	1.160.495
Relações interfinanceiras		4.046	–
Recebimentos a liquidar		4.046	–
Outros créditos	7	8.089.099	4.535.631
Valores a receber cartão de crédito		8.542.316	4.819.934
Rendas a receber		399	–
Diversos		274.453	157.145
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(728.069)	(441.448)
Outros valores e bens		32.594	12.160
Despesas antecipadas		32.594	12.160
Total do realizável a longo prazo		290.193	183.020
Títulos e valores mobiliários	6	–	104
Vinculados à prestação de garantias		–	104
Outros créditos	7	290.193	182.916
Valores a receber cartão de crédito		11.281	–
Diversos		278.912	182.916
Total do permanente		148.311	100.770
Investimentos	8	120.211	84.859
Participações em coligadas e controladas no país		120.012	80.033
Participações em coligadas e controladas no exterior		199	4.826
Imobilizado de uso		25.970	15.805
Instalações, móveis e equipamentos de uso		34.257	18.959
Depreciação acumulada		(8.287)	(3.154)
Intangível		2.130	106
Ativos Intangíveis		2.390	106
Amortização acumulada		(260)	–
Total do ativo		15.739.321	7.114.998

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	2019	2018
Total do passivo circulante		14.695.840	6.284.224
Depósitos	9	5.147.563	905.872
Outros depósitos		5.147.563	905.872
Relações interfinanceiras de liquidez	10	8.332.213	4.601.936
Pagamentos a liquidar		8.332.213	4.601.936
Obrigações por empréstimos e repasses	11	123.720	331.667
Empréstimos no país - outras Instituições		123.720	–
Empréstimos no exterior		–	331.667
Outras obrigações	12	1.092.344	444.749
Obrigações por operações vinculadas a cessão		776.517	296.407
Diversas		262.001	93.785
Fiscais e previdenciárias		52.432	53.753
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.394	804
Total do passivo não circulante		15.279	–
Obrigações por empréstimos e repasses	11	15.279	–
Empréstimos no país - outras instituições		15.279	–
Resultado de exercícios futuros		59.616	28.072
Patrimônio líquido	13	968.586	802.702
Capital social		1.368.171	1.065.451
Reserva de capital		118.703	67.023
Ajustes de avaliação patrimonial		398	–
(-) Prejuízos acumulados		(518.686)	(329.772)
Total do passivo e patrimônio líquido		15.739.321	7.114.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional	14	355.440	196.877
Custo dos serviços prestados	15	(393.946)	(159.147)
Resultado bruto		(38.506)	37.730
Despesas de pessoal	16a	(107.428)	(60.025)
Despesas administrativas	16b	(120.814)	(33.592)
Resultado de participações em controladas	8	(8.380)	603
Receita de prestação de serviços		1.555	–
Outras receitas operacionais	16c	32.785	18.467
Outras despesas operacionais	16c	(22.187)	(12.106)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7e	(365.478)	(226.726)
Plano de opção de compra de ações	13b	(32.234)	(14.963)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(622.181)	(328.342)
Resultado operacional		(660.687)	(290.612)
Receitas financeiras		658.784	310.694
Despesas financeiras		(191.548)	(84.757)
Resultado financeiro	17	467.236	225.937
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		(193.451)	(64.675)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(12.770)	(29.292)
Imposto de renda e contribuição social diferido		66.709	43.078
Imposto de renda e contribuição social	18	53.939	13.786
Prejuízo dos semestres		(139.512)	(50.889)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de valor patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	587.049	52.060	–	(278.883)	360.226
Opção de ações outorgadas (Nota 13b)	–	14.963	–	–	14.963
Aumento de capital (Nota 13a)	478.402	–	–	–	478.402
Prejuízo do semestre	–	–	–	(50.889)	(50.889)
Saldo em 30 de junho de 2018	1.065.451	67.023	–	(329.772)	802.702
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.368.171	86.197	–	(379.174)	1.075.194
Opção de ações outorgadas (Nota 13b)	–	32.234	–	–	32.234
Opção de ações outorgadas de controladas (Nota 13b)	–	272	–	–	272
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge accounting</i>)	–	–	398	–	398
Prejuízo do semestre	–	–	–	(139.512)	(139.512)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.368.171	118.703	398	(518.686)	968.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre		(139.512)	(50.889)
Ajustes para:			
Depreciação/amortização		2.747	1.266
Provisão para perda do valor recuperável		(365.478)	226.726
Resultado com tributos diferidos	18	66.443	(13.786)
Resultado de participação em controladas		8.380	(603)
Provisão de contingências	21	28.870	188
Varição de valor justo de instrumentos financeiros		5.765	–
Varição de valor justo de instrumentos financeiros derivativos	20	398	–
Juros e variação cambial de empréstimos sem efeito de caixa		38.179	37.352
Opções de ações outorgadas		32.234	14.963
Resultado ajustado		(321.974)	215.217
(Aumento) redução ativos			
Aumento de títulos e valores mobiliários - negociação		(442.586)	(752.936)
Aumento de relações interfinanceiras (ativo)		(4.046)	
Aumento de outros créditos		(1.343.086)	(1.244.608)
Aumento de outros valores e bens		(11.270)	(8.400)
Aumento (redução) passivos			
Aumento de depósitos		2.711.543	–
Aumento de relações interfinanceiras (passivo)		1.850.012	–
Aumento de outras obrigações		49.912	1.881.535
Resultado de exercícios futuros		17.657	10.659
Pagamento de Juros		(58.362)	–
Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades operacionais		2.447.800	101.467
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aumento de títulos e valores mobiliários, exceto para negociação		(98.865)	–
Aquisição de ativo imobilizado		(2.581)	(8.747)
Aquisição de ativo Intangível		(439)	–
Aumento de capital em investidas	8	(50.140)	(80.099)
Redução de capital em investidas	8	4.443	–
Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades de investimento		(147.582)	(88.846)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital		–	478.402
Aumento de obrigações vinculadas a cessão	12	500.000	–
Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	11	150.000	45800
Amortização de empréstimos no país e no exterior	11	(205.882)	(29.232)
Fluxo de caixa decorrente de atividades de financiamento		444.118	494.970
Caixa e equivalentes de caixa	24a		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		1.364.961	397.075
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		4.109.297	904.666
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		2.744.336	507.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nu Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Nubank”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05409-000 - Brasil. O Nubank tem por objeto as seguintes atividades: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência e de pagamentos relacionados a instrumentos de pagamentos pós-pagos; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

O Nubank foi constituído em 15 de maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Dada a natureza do negócio, há um investimento inicial na análise de novos clientes, bem como na produção e envio dos cartões. Apenas após um período de uso tais clientes passarão a ser rentáveis para a Companhia.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

Em função da autorização junto ao Banco Central para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras do Nubank passaram a refletir as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - “COSIF”, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

O Nubank optou pela faculdade prevista no art. 6º da Circular nº 3.833 de 17 de maio de 2017 do BACEN de utilizar o modelo de demonstração de resultado previsto para empresas não financeiras, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em substituição aos modelos padronizados definidos no COSIF.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de julho de 2019.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em títulos privados, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, utilizados na gestão de caixa, dos compromissos de curto prazo, e não para outros propósitos de investimento ou financiamento.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado.

d. Operações de cartão de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de cartão de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As operações de crédito com clientes cujo valor seja inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) foram classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação. As rendas das operações de cartão de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos de suas operações utilizando-se também de modelos internos para tal, gerando uma provisão adicional à requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. Tais modelos estimam a perda esperada levando em consideração a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de cartão de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e. Cessões de crédito

As cessões de recebíveis de cartão de crédito foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

f. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

g. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h. Imobilizado de uso e intangível

Itens do imobilizado de uso e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação ou amortização são calculadas para depreciar ou amortizar o custo desses, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens.

As vidas úteis dos itens do ativo imobilizado para o semestre são as seguintes:

- Móveis e utensílios 10 anos
- Equipamentos de informática 5 anos
- Intangível 5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

i. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j. Outros depósitos

Correspondem aos valores feitos de depósitos na NuConta que faz parte da modalidade de conta de pagamento pré-paga e estão avaliados pelos valores de liquidação. A atualização dos depósitos pela taxa contratada é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

k. Obrigações por empréstimos e repasses

Correspondem a empréstimos captados com terceiros que são reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

l. Resultado de exercícios futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva dependente apenas da fluência do prazo.

m. Relações interfinanceiras

Correspondem a valores a pagar à bandeira Mastercard relativos as operações de cartões de crédito e estão registradas pelo valor de liquidação.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem os juros sobre aplicações financeiras de curto prazo, títulos e valores mobiliários, outras rendas financeiras, juros de empréstimos, juros de depósitos, variação cambial, tarifas bancárias e são reconhecidas no resultado em base "pró-rata" dia.

o. Ativos e passivos contingents

Os ativos contingents não são reconhecidos nas Demonstrações financeiras, exceto, quando a Administração da Companhia entende que sua realização é virtualmente certa.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Companhia. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da Companhia levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica de outras obrigações;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

p. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

q. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. No semestre findo em 30 de junho de 2019 não houve ajuste ao valor recuperável para ativos não financeiros.

r. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura. Os derivativos são realizadas em taxa de juros, *swaps* moeda e outros índices futuros. Derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco. Derivativos são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como estando em uma relação de *hedge*. Os derivativos são reconhecidos inicialmente (na data em que um contrato de derivativos é celebrado), e são subsequentemente reavaliados, pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em mercado são obtidos a partir dos preços de mercado cotados. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados utilizando técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxo de caixa descontado e precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do justo valor depende se os derivados são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de *hedge*. Ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado, e incluídos no resultado financeiro.

s. Hedge Accounting

A Companhia aplica contabilidade de *hedge* para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco. No momento em que um instrumento financeiro é designado como *hedge* (ou seja, no início do *hedge*), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de *hedge* e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de *hedge* na compensação da exposição a alteração no valor do item coberto. Dessa forma, a Companhia avalia formalmente, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, se os derivativos de *hedge* foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um *hedge* é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, a Companhia pode esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de *hedge* é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do *hedge*, os derivativos podem ser designados como: (i) *hedges* da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes *hedges* de valor; (ii) *hedge* da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (*hedge* de fluxo de caixa); ou (iii) *hedge* de investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido). A Companhia aplica contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa e de valor justo, mas não aplica de *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior.

Contabilização do fluxo de caixa - A parcela efetiva das variações no valor justo dos *hedges* de fluxo de caixa qualificados é reconhecida em outros resultados abrangentes na reserva de *hedge* de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Quando um instrumento de *hedge* expira ou é vendido, ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização de *hedge*, qualquer ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquela data permanece no patrimônio e é reconhecido na demonstração do resultado quando a transação prevista é reconhecida na demonstração de resultados. Quando não é mais esperado que uma transação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que foi relatado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado. A Companhia está exposta ao risco cambial sobre as transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços e despesas administrativas.

Contabilidade de *hedge* de valor justo - As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, juntamente com as mudanças no valor justo do ativo ou passivo objeto do *hedge* que seja atribuível ao risco coberto. Quando o item protegido é mensurado ao custo amortizado, o valor justo é reconhecido alterando o valor contábil do ativo ou passivo coberto. As variações no valor justo dos itens protegidos são reconhecidas na demonstração do resultado como receita líquida de negociação e outras receitas. Se a cobertura deixar de cumprir os critérios, as mudanças no justo valor do item coberto atribuíveis ao risco coberto deixaram de ser reconhecidas na demonstração de resultados.

t. Plano de opção de compra de ações

O Nubank mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Nu Holdings Ltd. (Holding) – stock option (“Plano de Opção”) que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais. O objetivo é conceder, aos colaboradores da Companhia, a oportunidade de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Companhia atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados. O valor justo das opções concedidas pela Holding é reconhecido no resultado da Companhia, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida do patrimônio da companhia. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

4. Disponibilidades

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	58	22
Banco - conta movimento	456.474	242.810
Outras reservas livres	11.423	3.093
Disponibilidades em moeda estrangeira	15.697	10.163
Total	<u>483.652</u>	<u>256.088</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>	<u>2018</u>
Notas do tesouro nacional - NTN (i)	1.649.997	1.649.997	52.003
Letras do tesouro nacional - LTN (ii)	1.956.000	1.956.000	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	17.000
Total	<u>3.605.997</u>	<u>3.605.997</u>	<u>69.003</u>

(i) Em 2019, saldo vinculado à saldos em conta pré-paga.

(ii) Inclui R\$1.736.000 referente a títulos que estão vinculados à saldos em conta pré-paga.

6. Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Para negociação	2.570.059	1.571.400
Disponível para venda	515.370	387.030
Total	<u>3.085.429</u>	<u>1.958.430</u>

Para negociação

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Até 3 meses a 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor de Mercado</u>
	<u>Custo amortizado</u>			
Letras do tesouro nacional (LTN)	14.311	416.680	435.626	-
Letras financeiras do tesouro (LFT)	677.686	1.438.345	2.114.143	1.100.465
Recibos de depósitos bancários - (RDB) pós fixado (i)	531	-	531	660
Certificados de depósitos bancários (CDB) pós fixados (i)	19.643	-	19.644	157.657
Letras de arrendamento mercantil (LAM)	4	-	4	312.514
Letra de câmbio (LC)	-	111	111	104
Total	<u>712.175</u>	<u>1.855.136</u>	<u>2.570.059</u>	<u>1.571.400</u>

Disponível para venda

	<u>2019</u>		<u>2018</u>
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de mercado</u>
	<u>Custo amortizado</u>		
Cotas de fundos de investimento (ii)	503.413	503.413	375.192
Títulos no exterior	11.957	11.957	11.838
Total	<u>515.370</u>	<u>515.370</u>	<u>387.030</u>

(i) Referem-se a CDBs e RDBs pós fixados. A Administração da Companhia concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, é considerado a melhor estimativa de valor de mercado.

(ii) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento em cotas de fundos de renda fixa não exclusivos e cotas do FIDC Nubank e Nu Fundo de Investimento Renda Fixa, fundos exclusivos. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

b. Resultado com instrumentos financeiros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	24.079	20.340
Rendas de aplicações em CDBs e RDB	2.361	4.722
Rendas de aplicação em LAM	2.810	–
Renda de aplicações em LFT e LTN	71.442	21.711
Rendas de operações compromissadas	67.905	7.996
Renda de aplicações financeira	2.213	–
Ajuste a marcação de mercado LFT	5.871	(964)
Total	<u>176.681</u>	<u>53.805</u>

7. Outros créditos**a. Composição de outros créditos**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valores a receber cartão de crédito	7.259.985	4.397.950
Retenção de riscos por operações cedidas (i)	1.293.612	421.984
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18b)	278.912	182.916
Diversos	150.822	100.169
Impostos e contribuições a compensar	121.997	56.976
Valores a receber - Nu Financeira S.A. - SCFI	1.950	–
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (Nota 20)	83	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - cartão de crédito	(728.069)	(441.448)
Total	<u>8.379.292</u>	<u>4.718.547</u>

(i) Refere-se à retenção de risco de recebíveis de cartão de crédito cedidas ao FIDC Nu. Durante o semestre, foram cedidos clientes de cartão de crédito ao FIDC Nu que geraram despesa de R\$33.859 no primeiro semestre de 2019 e R\$14.757 em 2018, registradas na rubrica de despesas financeiras.

b. Composição da carteira de operações de cartão de crédito a receber por vencimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Curso Anormal	<u>641.133</u>	<u>312.471</u>
Vencidas acima de 14 dias	527.954	290.141
A vencer:		
até 3 meses	54.253	15.601
3 a 6 meses	24.558	4.376
6 a 12 meses	26.035	2.352
acima de 12 meses	8.333	1
Curso Normal	<u>7.912.464</u>	<u>4.507.463</u>
Vencidas até 14 dias	123.906	115.590
A vencer:		
até 3 meses	6.331.782	3.481.630
3 a 6 meses	1.029.779	630.481
6 a 12 meses	424.049	279.487
acima de 12 meses	2.948	275
Total:	<u>8.553.597</u>	<u>4.819.934</u>

A abertura por vencimento das operações de cartão de crédito incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 30 de junho de 2019 e 2018.

c. Classificação de carteira de cartões de crédito por níveis de risco Resolução 2.682/99 do CMN

Nível	2019			2018		
	Curso normal	Curso anormal	Total	Curso normal	Curso anormal	Total
A	7.794.900	–	7.794.900	4.362.896	–	4.362.896
B	61.270	62.884	124.154	44.047	34.768	78.815
C	43.534	89.598	133.132	61.735	20.256	81.992
D	5.637	72.341	77.978	28.107	21.410	49.516
E	1.841	60.711	62.552	5.043	31.889	36.932
F	122	64.573	64.695	3.302	36.521	39.823
G	28	55.725	55.753	1.516	32.811	34.327
H	5.132	235.301	240.433	817	134.815	135.632
Total	7.912.464	641.133	8.553.597	4.507.463	312.471	4.819.934

d. Classificação da carteira de cartão de crédito e provisão para perda por níveis de risco de acordo com modelos internos de avaliação

2019					
Nível de Risco	Curso normal	Curso anormal	Total	Provisão total	índice de cobertura%
1	2.481.791	5.748	2.487.539	(18.706)	0,8%
2	2.749.673	19.635	2.769.308	(60.625)	2,2%
3	1.951.266	76.673	2.027.939	(161.899)	8,0%
4	100.239	40.363	140.602	(38.314)	27,2%
5	368.892	759.317	1.128.209	(448.525)	39,8%
Total	7.651.861	901.736	8.553.597	(728.069)	8,5%
2018					
Nível de Risco	Curso normal	Curso anormal	Total	Provisão total	índice de cobertura%
1	1.369.998	1.381	1.371.379	(9.902)	0,7%
2	2.063.845	12.433	2.076.277	(55.595)	2,7%
3	550.875	23.060	573.935	(56.278)	9,8%
4	69.891	26.214	96.104	(24.901)	25,9%
5	250.396	451.842	702.239	(294.772)	42,0%
Total	4.305.005	514.930	4.819.934	(441.448)	9,2%

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade desses no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão complementar leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático. Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos discriminados na tabela acima:

Nível de Risco	Probabilidade de Inadimplencia
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão de redução ao valor recuperável

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do semestre	(564.318)	(340.074)
Constituição/Reversão	(365.478)	(226.726)
Baixados para prejuízo	201.727	125.352
Saldo no final do semestre	<u>(728.069)</u>	<u>(441.448)</u>

f. Operações renegociadas/recuperadas

O montante das operações renegociadas no semestre findo em 30 de junho de 2019 totalizou R\$144.361 (2018 - R\$87.426).

O montante das operações recuperadas no semestre findo em 30 de junho de 2019 totalizou R\$ 32.755 (2018 - R\$18.227).

8. Investimentos

As participações em controladas do Nubank são compostas conforme demonstrado abaixo:

	<u>2019</u>		
	<u>Nu Payments, LLC</u>	<u>Nu Investimentos Ltda.</u>	<u>Nu Financeira S.A. - CSFI</u>
País	EUA	Brasil	Brasil
Total do ativo	199	110	671.369
Total do passivo	-	13	551.454
Patrimônio líquido	407	141	128.043
Patrimônio líquido antes do lucro/(prejuízo) do semestre	(208)	(44)	(8.128)
Valor do investimento em 30 de junho de 2019	199	97	119.915
Participação no capital - %	100	100	100
	<u>2018</u>		
	<u>Nu Payments, LLC</u>	<u>Nu Investimentos Ltda.</u>	<u>Nu Financeira S.A. - CSFI</u>
País	EUA	Brasil	Brasil
Total do ativo	4.827	50	80.000
Total do passivo	-	3	14
Patrimônio líquido antes do lucro/(prejuízo) do semestre	4.157	100	80.000
Lucro/(prejuízo) do semestre	670	(53)	(14)
Valor do investimento em 30 de junho de 2018	4.826	47	79.986
Participação no capital - %	100	100	100

Em junho de 2019 foi realizado o aporte de capital de R\$50.000 na controlada Nu Financeira S.A. - SCFI e em junho de 2018 foi realizado o aporte de capital de R\$80.000 para constituição da Companhia.

Em março de 2019 foi realizado o aporte de capital de R\$140 na controlada Nu Investimentos Ltda.

Em fevereiro de 2019 foi realizado a redução de capital de R\$4.443 da controlada Nu Payments LLC.

9. Depósitos

O montante de R\$5.147.563 (2018 - R\$905.872) corresponde a depósitos de clientes feitos na conta de pagamento pré-paga NuConta. Tais depósitos são remunerados por 100% do CDI.

10. Relações Interfinanceiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a pagar bandeira - cartão de crédito	8.332.213	4.601.936
Total	<u>8.332.213</u>	<u>4.601.936</u>

11. Obrigações por empréstimos e repasses

a. Abertura por vencimento

	2019			2018	
	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Obrigações por empréstimos no país	32.900	90.820	15.279	138.999	–
Obrigações por empréstimos no exterior	–	–	–	–	331.667
Total	32.900	90.820	15.279	138.999	331.667

b. Movimentações dos empréstimos

	31/12/18				30/06/19
	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pagamentos	Saldo final
Obrigações por empréstimos:					
No país	–	150.000	2.394	(13.395)	138.999
No exterior	195.237	–	3.101	(198.338)	–
Total	195.237	150.000	5.495	(211.733)	138.999

12. Outras obrigações

a. Composição de outras obrigações

	2019	2018
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	776.517	296.407
Provisão para pagamentos a efetuar - fornecedores diversos	156.934	50.932
Fiscais e previdenciárias	52.432	53.753
Provisão para contingências tributárias (Nota 21)	83.150	34.037
Diversas	20.604	8.260
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.394	804
Provisão para contingências - Cíveis (Nota 21)	1.035	556
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (Nota 20)	278	–
Total	1.092.344	444.749

(i) Refere-se ao valor presente das obrigações das cessões de operações de recebíveis de cartões de crédito, com retenção substancial dos riscos e benefícios de acordo com a Resolução nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato e valores a repassar por liquidação antecipada na carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios. Em fevereiro de 2019, foi emitido a 3ª série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NU («FIDC Nu») no montante de R\$500 milhões.

13. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$1.368.171 (R\$1.065.451 em 2018), e está representado por 131.653.333 ações (94.781.226 em 2018), sem valor nominal, divididas entre 131.487.968 ordinárias (94.615.861 em 2018) e 165.365 preferenciais (165.365 em 2018), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$302.720 com emissão de 36.872.107 ações ordinárias.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”), aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu no exercício de 2015, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Companhia.

Ao final do ano de 2016, a Companhia transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta. Desde então, as novas outorgas ocorrem na *holding*, e não mais na Companhia.

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no montante de R\$32.234 em 2019 (R\$14.963 em 2018), em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

14. Receita operacional

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de intercâmbio	354.757	201.020
Receita de anuidade (Rewards)	39.892	22.286
Outros	8.132	–
Impostos sobre receita operacional	(47.341)	(26.429)
Total	<u>355.440</u>	<u>196.877</u>

O montante de receita operacional refere-se substancialmente às tarifas de intercâmbio ganhas pela utilização dos cartões de crédito, tanto no Brasil quanto no exterior.

15. Custo dos serviços prestados

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo de manutenção de contas	(306.657)	(124.246)
Custo de emissão de cartões	(87.289)	(34.901)
Total	<u>(393.946)</u>	<u>(159.147)</u>

O custo dos serviços prestados é substancialmente composto por custos com processamento de compras de cartão de crédito, bandeira, cobrança, serviços de dados, bureaus de crédito, embossamento e entrega de cartões de crédito.

16. Despesas Administrativas

a. Despesas de pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Proventos e encargos sociais	(91.520)	(51.797)
Benefícios	(11.437)	(6.417)
Honorários da administração	(1.857)	(1.545)
Treinamento	(2.614)	(266)
Total	<u>(107.428)</u>	<u>(60.025)</u>

b. Despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas de escritório	(8.641)	(6.019)
Despesas com processamento de dados e comunicações	(22.749)	(9.939)
Despesas com propaganda e marketing	(55.743)	(6.399)
Despesas com contratação de serviços especializados	(14.126)	(6.428)
Outras despesas administrativas	(15.716)	(3.182)
Despesas tributárias	(643)	(461)
Depreciação/amortização	(3.196)	(1.164)
Total	<u>(120.814)</u>	<u>(33.592)</u>

c. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de créditos baixados	32.755	18.227
Outros	30	240
Total	<u>32.785</u>	<u>18.467</u>

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Descontos com renegociações	(6.462)	(2.760)
Perdas operacionais	(13.457)	(4.377)
Outros	(2.268)	(4.969)
Total	(22.187)	(12.106)

17. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendas de CCBs adquiridos	394.223	224.400
Resultado com instrumentos financeiros	176.681	53.805
Outras receitas financeiras	86.748	29.084
Variação cambial positiva	–	3.405
Receita com instrumentos financeiros derivativos	1.132	–
Receitas financeiras	658.784	310.694
Variação cambial negativa	(453)	–
IOF sobre operações financeiras	(16)	(130)
Tarifas bancárias	(4.201)	(2.011)
Impostos sobre receitas financeiras	(28.644)	(14.911)
Despesa com instrumentos financeiros derivativos	(4.478)	–
Despesa com cessão de recebíveis	(33.859)	(14.757)
Despesa de juros	(119.897)	(52.948)
Despesas financeiras	(191.548)	(84.757)
Resultado financeiro	467.236	225.937

(i) Refere-se em sua maioria a ganhos na conversão de moeda, de compras de clientes em moeda estrangeira, efetuadas no cartão de crédito.

(ii) Refere-se a despesas da majoração da alíquota de PIS e COFINS que esta sendo discutido judicialmente (nota 21).

18. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(193.451)	(64.675)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	77.382	25.873
Adições/exclusões permanentes	(23.699)	(8.132)
Outros	256	(3.955)
Imposto de renda e contribuição social do período	53.939	13.786

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda e contribuição social devidos	(12.769)	(29.293)
Tributos diferidos do período	66.443	43.079
Tributos diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	265	–
Imposto de renda e contribuição social do período	53.939	13.786

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2019</u>	<u>Constituição/</u> <u>(Realização)</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	197.903	60.831	137.072
Outras provisões passivas	59.878	11.211	48.667
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	257.781	72.042	185.739
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	21.131	(5.599)	26.730
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	278.912	66.443	212.469

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 30 de junho de 2019, no montante de R\$278.912 (R\$182.916 em 2018), foi constituído sobre prejuízo fiscal/ base negativa da CSLL e diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2019 é de R\$260.389.

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de Renda	Contribuição	
		Social	Total
2019	173.124	104.955	278.079
2020	521	312	833
Total	173.645	105.267	278.912

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de junho de 2019, a apólice mais relevante do Nubank estava relacionada a cobertura de danos materiais no valor total de R\$172 milhões e os principais riscos cobertos eram de incêndio, queda de raio e explosão, danos elétricos.

20. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais.

	2019			2018		
	Nocional total	Valor de mercado		Nocional total	Valor de mercado	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Derivativos para negociação						
Contratos relativos a taxas de juros	465.000	-	278	-	-	-
Derivativos em <i>hedge</i>						
Designado como hedge de fluxo de caixa						
Contrato de taxa de câmbio	53.100	83	-	-	-	-
Total de derivativos	519.100	83	278	-	-	-

Hedges de risco cambial - A Companhia está exposta ao risco de moeda estrangeira em transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços e despesas administrativas. A Companhia administra sua exposição à variabilidade nos fluxos de caixa de transações previstas em moeda estrangeira em relação à movimentos em moeda estrangeira, entrando em contratos de câmbio (futuros de câmbio). Esses instrumentos são celebrados de acordo com o perfil de fluxo de caixa da transação estimada.

A eficácia é avaliada mensalmente, analisando os termos críticos. Os termos críticos do instrumento de cobertura e o montante da transação prevista coberta podem ser considerados os mesmos, porque os valores nocionais e subjacentes do instrumento de cobertura e da transação prevista coberta são significativamente os mesmos e as despesas previstas deverão ocorrer no mesmo mês que a data de vencimento do instrumento de *hedge*. Portanto, espera-se que a cobertura seja perfeitamente eficaz. Avaliações subsequentes da efetividade serão realizadas verificando e documentando se os termos críticos do instrumento de *hedge* e a transação prevista coberta mudaram durante o período em análise e se continuam provável. Se não houver tais mudanças em termos críticos, a Companhia continuará a concluir que a relação de cobertura é perfeitamente eficaz.

Inefetividade é esperada em função de diferenças em relação ao valor e período em que as transações previstas ocorrem e o derivativos contratados.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Mudanças no valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> para calcular a ineficácia do <i>hedge</i>	-	-
Alterações no valor do instrumento de cobertura reconhecido em OCI	1.795	-
Valor reclassificado de reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa para o resultado	(1.132)	-
Inefetividade da cobertura reconhecida no resultado	-	-

21. Contingências

O Nubank é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e de relação de consumo.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. Existem processos cíveis de relação de consumo e trabalhistas classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$3.147 (2018 - R\$1.615) e R\$2.390 (2018 - R\$2.334), respectivamente. Em 30 de junho de 2019, o Nubank tem provisionado a título de obrigação legal o montante de R\$83.150 (R\$34.037 em 2018) referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS (4,65%) incidente sobre a receita financeira estabelecida pelo Decreto 8.426/15. O Nubank deposita judicialmente o valor referente a essa causa e registra na linha de Outros créditos - diversos (Nota 7).

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 30 de junho de 2019 no montante de R\$1.035 (R\$556 em 2018) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

c. Movimentação das provisões

Cíveis

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do semestre	809	367
Constituição	1.168	473
Utilização / reversão	(942)	(284)
Saldo no final do semestre	<u>1.035</u>	<u>556</u>

Tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do semestre	54.506	19.126
Constituição	28.644	14.911
Utilização / reversão	-	-
Saldo no final do semestre	<u>83.150</u>	<u>34.037</u>

22. Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo		
Cotas de fundos de investimento		
FIDC Nu - controlada	69.354	53.065
Nu Fundo de Investimento Renda Fixa - controlada	15.719	-
Outros		
Valores a receber Nu Financeira S.A. - SCFI - controlada	1.950	-
Retenção de riscos por operações cedidas - FIDC Nu - controlada	1.293.612	421.984
Participação em Controladas	122.538	84.859
Nu Payments, LLC	199	4.826
Nu Financeira S.A - SCFI	122.143	79.986
Nu Investimentos Ltda.	196	47
Passivo		
Conta de pré pagamento - Nu Financeira S.A. - SCFI - controlada	11.701	-
Valor a pagar Nu Finanztechnologie GmbH - coligada	958	384
Valor a pagar Nu Holdings Ltd. - controladora	1.545	32
Obrigações por operações vinculadas a cessão - FIDC Nu - controlada	776.517	296.407
Resultado		
Receita		
Prestação de serviços - Nu Financeira S.A. - SCFI	1.950	-
Despesa		
Despesa com serviços de tecnologia - Nu Finanztechnologie GmbH - coligada	(4.738)	(2.922)
Prejuízo na cessão de recebíveis - FIDC Nu - controlada	(33.859)	(14.757)
Resultado de participação em Controladas	(8.380)	603
Nu Payments, LLC	(208)	670
Nu Financeira S.A - SCFI	(8.128)	(14)
Nu Investimentos Ltda.	(44)	(53)
Rentabilidade de cotas de fundos controlados		
FIDC Nu	12.965	5.302
Nu Fundo de Investimento Renda Fixa	653	-
Despesas com honorários da administração	(1.857)	(1.545)

23. Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank está definida conforme seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O processo de gestão de riscos permeia toda a Companhia, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e demais reuniões internas, definem os objetivos da Companhia, incluindo o apetite de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O controle dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e de capital é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Em linha com os princípios da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis para acesso público no site:

<https://nubank.com.br/docs/nubank-estrutura-de-gerenciamento-de-riscos.pdf>

a. Risco de Crédito

A possibilidade de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia do tomador ou contraparte; aos custos de recuperação de exposições deterioradas; e às vantagens concedidas ao tomador ou contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia.

A estrutura de controle e gestão do risco de crédito deve ser centralizada e independente das unidades de negócios. É de sua responsabilidade estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito inerente a todos os produtos, verificar níveis de concentração, estimação da perda esperada de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação. Os processos, rotinas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito são submetidos a avaliação periódica quanto à sua adequação, de forma independente, pela área de Auditoria Interna.

b. Gerenciamento de Risco Operacional

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se à esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados a cada área de negócio, mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais.

Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do risco operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez, conforme Circular 3.681 do Bacen, é a possibilidade de a Companhia de pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Companhia não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O controle do risco de liquidez é feito na Diretoria de Gerenciamento de Riscos, área independente das áreas de negócio. É de sua responsabilidade identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo.

São controlados os limites definidos de ativos de alta qualidade de liquidez para suportar cenários de estresse. Os cenários de estresse definem condições adversas nas variáveis que impactam a necessidade de caixa. O monitoramento é feito diariamente, estimando os fluxos de caixa futuros decorrentes de seus ativos e passivos, com reportes gerenciais tempestivos para a diretoria da Companhia e para a gestão de liquidez. O Plano de Contingência de Liquidez é um documento interno, revisto anualmente, que estabelece responsabilidades, estratégias e procedimentos, para enfrentar situações de estresse. O Plano é aprovado visando garantir uma estrutura de caixa compatível com o porte das obrigações, assegurando a sobrevivência mesmo em cenários adversos.

A Companhia mantém recursos líquidos correspondentes a pelo menos 100% do saldo de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento.

d. Risco de Mercado

O risco de mercado, conforme Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. A definição inclui risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e do preço de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

IRRBB

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Companhia financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Estrutura Organizacional

O controle do do risco de mercado é feito na Diretoria de Riscos, área independente das áreas de negócio. É de sua responsabilidade identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de mercado e o risco de variação de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB), de forma a manter as exposições ao risco em conformidade com os níveis fixados na declaração de apetite por riscos, através de sistemas, rotinas e procedimentos para a gestão dos riscos.

Controle

O controle de risco de mercado utiliza testes de estresse, baseado em cenários, para avaliação do impacto de situações adversas nas carteiras da Companhia. Adicionalmente, métricas de VaR (valor em risco) e sensibilidade à taxa de juros (DV01) são utilizadas no controle e gestão dos riscos de mercado e IRRBB.

As estratégias de proteção (*hedge*) têm sua efetividade periodicamente avaliadas.

Relatórios gerenciais de risco são enviados para a direção da Companhia e para o comitê de riscos demonstrando as exposições aos fatores de risco e aferência à RAS.

Marcação a mercado dos instrumentos financeiros

A marcação a mercado é o processo de avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas carteiras da Companhia. Usa-se preferencialmente preços dos ativos observados disponíveis no mercado. Quando não disponíveis preços dos ativos, utilizam-se valores dos fatores de risco observados. Em último caso, o valor justo é apurado mediante utilização de modelos.

e. Gestão de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Companhia e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil.

A Companhia mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre: i) 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses; ou ii) 2% do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Companhia, apurado diariamente.

24. Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidade	483.652	256.088
Letras de arrendamento mercantil - LAM	4	312.514
Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados	19.644	156.430
Aplicação financeira - fundos de investimento	-	110.631
Aplicacoes em operações compromissadas	3.605.997	69.003
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.109.297</u>	<u>904.666</u>

b. Programa de recompensa

O Nubank criou um programa de fidelidade para seus clientes denominado “Nubank Rewards.” O plano consiste no acúmulo de pontos de acordo com as compras realizadas pelos clientes, na proporção de recompensa de R\$ 1,00 (um real) igual a 1 ponto, que nunca expiram. O valor financeiro desses pontos é subtraído da receita de intercâmbio e registrado na rubrica de receitas de exercícios futuros, presente no passivo da Companhia e transferida para receita operacional quando do resgate dos pontos pelos clientes.

O resgate é realizado apagando compras feitas pelo usuário em diversas categorias de gastos, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte, músicas etc.

25. Eventos subsequentes

No dia 16 de julho de 2019, foi anunciado o início dos testes com o novo produto, conta digital, focada em pessoas jurídicas em especial pequenas empresas e microempreendedores individuais (“Conta PJ”). Ainda em fase de testes, essa versão inicial da Conta PJ do Nubank terá algumas funções similares às oferecidas hoje pela NuConta - como transferências gratuitas para outros bancos e entre contas do Nubank, pagamento de boletos e tributos, depósito via boleto e a função “cobrar dinheiro”, função que permite ao usuário da NuConta solicitar por meio de uma mensagem eletrônica a transferência de um valor pré estabelecido.

Em julho 2019, a Nu Holdings Ltd., controladora da Companhia, encerrou o sétimo aumento de capital no valor de USD400 milhões.

ny bank